



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,**  
**ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC**

# **Texto para discussão**

Texto para discussão nº 01/2002

## ***O CRÉDITO AGRÍCOLA NA REGIÃO DA PRODUÇÃO: INFORMALIDADE VERSUS FORMALIDADE***

Edson Talamini  
Marco Antonio Montoya

# O CRÉDITO AGRÍCOLA NA REGIÃO DA PRODUÇÃO: INFORMALIDADE VERSUS FORMALIDADE<sup>1</sup>

Edson Talamini<sup>2</sup>  
Marco Antonio Montoya<sup>3</sup>

## SINOPSE

*O presente artigo tem por objetivo identificar o processo de tomada de crédito agrícola formal e informal pelos produtores da Região da Produção, no estado do Rio Grande do Sul, uma vez que as opções de crédito informal merecem destaque devido à redução de recursos disponibilizados via crédito agrícola formal. Dessa forma, buscamos estabelecer o perfil das propriedades e dos seus administradores, bem como dimensionar a participação do crédito agrícola via modo informal, o perfil do processo de comunicação a que estão submetidos esses produtores e que vantagens e desvantagens são consideradas por eles quando da obtenção de crédito formal ou informal.*

*Palavras-chave: crédito agrícola, política agrícola, economia regional.*

## 1 INTRODUÇÃO

A política agrícola brasileira, no que tange ao sistema de financiamento às atividades do setor, passou por diversas experiências e mudanças até chegar ao estágio atual. Para alguns autores, a história do crédito agrícola no Brasil pode ser dividida em três fases ou etapas. Segundo Fürstenou (1988), a primeira etapa corresponderia ao período desde o descobrimento do Brasil até 1937; a segunda etapa, ao período entre 1937 e 1965, e a terceira iniciaria em 1965 até os dias atuais. No entanto, não nos guiaremos, cronologicamente, por essas datas em específico, e, sim, pelos principais fatos que marcaram o sistema de crédito agrícola brasileiro.

A inserção do sistema de financiamento à agricultura remonta ao período conhecido como ciclo da “cana-de-açúcar”, período em que o Brasil se encontrava em fase inicial do que se poderia denominar “agricultura”. Ampliação da área cultivada, mão-de-obra escrava, construção de engenhos e aquisição de ferramentas eram necessidades prementes para que o processo de colonização e geração de riquezas evoluísse. Diante da inexistência de recursos próprios dos proprietários de engenho, alguns comerciantes começaram a praticar uma forma, ainda que primitiva, de financiar essas atividades. Percebe-se, portanto, que o financiamento agrícola, em sua etapa inicial, era viabilizado pelo setor privado.

Com o passar do tempo e com o advento do ciclo do café, num estágio bem mais adiantado de desenvolvimento agrícola do país, surgiu a necessidade de o governo intervir no processo de financiamento da agricultura, uma vez que os recursos eram demandados em volumes maiores e não podiam ser atendidos apenas pelos organismos privados. Assim, com o passar do tempo e por pressão dos cafeicultores, o governo passou não apenas a financiar o setor cafeeiro, como a lhe fornecer vantagens que outros setores da economia não tinham. Não tardou, então, para que a classe dos industriários também passasse a pressionar o governo, obtendo vantagens semelhantes às disponibilizadas aos cafeicultores. Desde então, o setor público passou ocupar o principal papel de agente financiador do setor agrícola e de outros setores da economia. Esse processo se deu de forma mais intensa por volta de 1800, com a vinda da família real ao Brasil.

<sup>1</sup> Artigo baseado na monografia apresentada em 2001 à Universidade de Passo Fundo.

<sup>2</sup> Economista pela Universidade de Passo Fundo – RS. Mestrando em Agronegócios Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cepan/UFRGS). E-mail: edsontalamini@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo. E-mail: montoya@upf.tche.br

A participação do governo como agente financiador foi crescente uma vez que, por um lado, o setor privado afastou-se do processo de financiamento e, por outro, a expansão dos setores agrícola e industrial também se desenvolvia a taxas positivas. Nesse contexto, as décadas de 1940 a 1970 foram ainda mais críticas, pois a demanda por recursos do governo era superior à disponibilidade de recursos para financiamento, o que levou o governo a desenvolver programas baseados em experiências dos Estados Unidos e Europa. Todavia, enquanto os americanos tratavam de, aos poucos, transferir a função de financiador aos bancos comerciais, no Brasil determinava-se o Banco do Brasil como agente oficial de financiamento agrícola, caracterizando uma política agrícola paternalista. Com isso, o governo criou uma série de estruturas e organismos com o objetivo de gerenciar o sistema de crédito agrícola, chegando a sua institucionalização através da lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.<sup>4</sup>

A primeira década após a criação da lei que institucionalizou o crédito agrícola, determinando que as taxas de juros cobradas sobre financiamentos agrícolas deveriam ser subsidiadas, foi de grande euforia. Por questões de taxas de câmbio desfavoráveis para a agricultura na época, o crédito agrícola passou a desempenhar um papel compensatório, permitindo a competitividade das exportações agrícolas brasileiras (Nóbrega, 1985). Nesse período, pela abundância de recursos e por estes serem subsidiados, não houve por parte dos produtores maiores preocupações com ganho em produtividade, e o que se observou foram diversos casos de desvios de recursos e favorecimentos políticos.

Então 1975 e 1985, entretanto, a euforia do setor agrícola com a abundância e o subsídio do crédito agrícola deu lugar à decadência do processo de financiamento. Com a demanda muito superior à arrecadação de recursos para o financiamento agrícola, o governo viu-se obrigado a aumentar a arrecadação sobre os depósitos dos bancos comerciais e a impor limites e restrições para novos financiamentos, forçando os produtores a suprir suas necessidades junto ao setor privado. Entre 1977 e 1983, a participação dos bancos federais (Banco do Brasil e Banco Central) reduziu-se em mais de 21%, caindo os recursos aplicados em crédito agrícola de 87,4% para 68,5%. No entanto, a participação dos bancos comerciais cresceu 150%, elevando-se de 12,6% em 1977 para 31,5% em 1983 (Banco Central do Brasil).

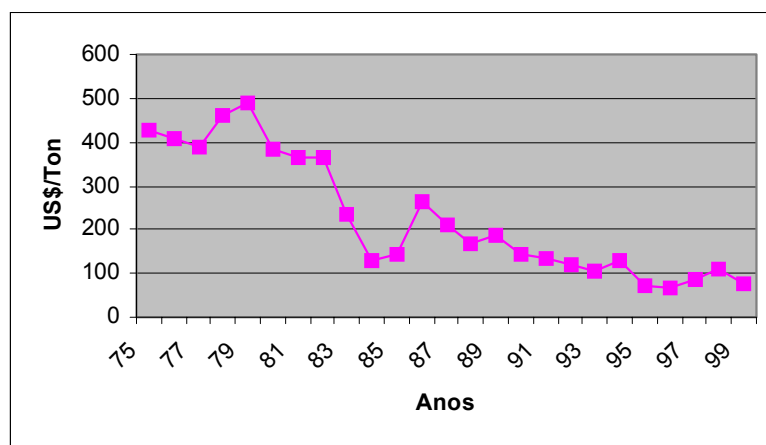
A partir de 1982, com a redução de fluxo de entrada de capitais no país, a situação agravou-se, tornando os recursos ainda mais escassos. No início do governo do então presidente João Baptista Figueiredo, iniciou-se um processo lento, porém gradativo, de substituição do modelo de financiamento à agricultura, o qual previa sua transferência à iniciativa privada. Esse processo foi sendo implementado entre 83 e 85, todavia com certa cautela, uma vez que se previam alguns riscos provenientes dos cortes bruscos de crédito subsidiado, como a perda de competitividade e o aumento dos preços dos produtos agrícolas aos consumidores. Assim, chegou-se a 1985 com uma nova proposta de modelo de financiamento à agricultura em fase de implantação.<sup>5</sup>

A partir de 1986, a transferência de responsabilidade do setor público para o privado se intensificou. Iniciou-se uma série de planos econômicos, que, em sua grande maioria, trouxeram prejuízos ao setor agrícola, alterando freqüentemente a política agrícola e, conseqüentemente, gerando instabilidade entre os produtores. Desse plano podem-se destacar: a) as taxas de juros sobre os empréstimos agrícolas foram aumentadas diversas vezes; b) os subsídios sobre produtos agrícolas, como o trigo, foram extintos; c) as dívidas dos agricultores aumentaram, bem como o número de produtores endividados; d) o montante de valores liberados para crédito agrícola caiu sensivelmente.

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes ver Nóbrega, 1985 (p. 39-53).

<sup>5</sup> Maiores detalhes são encontrados em Barros (2000).



Fonte: Bacen.

Figura 1 - Crédito formal por tonelada produzida

Através da Figura 1, pode-se verificar que, mesmo a participação do crédito formal tendo se reduzido entre 80 e 86, foi entre 1986 e 1999 que os recursos via governo foram reduzidos aos níveis mais baixos. Diante das circunstâncias a que o setor agrícola foi submetido, sem subsídios e com recursos formais insuficientes para financiamento de suas atividades, a aposta era em uma queda na produtividade do setor, tornando a situação ainda mais difícil. A prática, porém, tem demonstrado que essa perda de produtividade não vem ocorrendo, pelo contrário, a produtividade das principais culturas vem aumentando a cada ano. Como explicar tal fato?

Estudos mostram que o valor liberado para crédito agrícola na formação das principais culturas tem se situado abaixo de 20% do total de crédito necessário para custeio e comercialização da safra (Araújo, 2000). Entretanto, é necessário que o agricultor plante, pois disso depende a sua manutenção na atividade. Mas, para plantar, ele necessita, de um montante de recursos que lhe permitam o custeio e a comercialização da safra. Como citado anteriormente, o governo só atende em 20% esses recursos, faltando, portanto, mais de 80% do valor necessário, que o produtor tem buscado através de outras alternativas ao longo dos últimos 15 anos.

As experiências e evoluções na área do crédito agrícola não oficial ou informal são incipientes, não possuindo ainda, a dinâmica e abrangência capaz de atender a todos os níveis de produtores nos diferentes estados e às diferentes culturas. Contudo, pelos resultados de produtividade positivos e com lavouras financiadas com 80% dos recursos via crédito informal, pode-se deduzir que o sistema informal tem sido relativamente eficiente.

Entre as regiões brasileiras, a região Sul assume importante papel na produção nacional de grãos, sendo responsável por 50% do volume total anual produzido no país, com ampla participação do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o qual envolve a falta de crédito formal, disponibilizado pelo governo e pelo sistema bancário, forçando o agricultor a tomar recursos informalmente, é que se procura responder a algumas questões pertinentes a esse tema na Região da Produção – RS: qual é o perfil das propriedades e de seus administradores? Qual é dimensão do crédito agrícola informal e qual é o perfil de informações dos tomadores desse crédito? Quais são as vantagens e desvantagens em obter o crédito informal?

A Região da Produção – RS, onde o estudo foi desenvolvido, é formada basicamente por mini, pequenas e médias propriedades rurais,<sup>6</sup> as quais ainda são assistidas por linhas de crédito formal, via Pronaf, sobretudo, Entretanto, segundo dados dos censos do IBGE, a população e o número de propriedades agrícolas estão se reduzindo a cada ano, o que significa que a área das propriedades aumenta, de tal modo que muitas delas não mais se enquadram nos padrões de financiamento

<sup>6</sup> Fonte: Anuário Estatístico do Crédito – Bacen

determinados pelas linhas de crédito formais. Aliado a esse fato, a Região Sul do Brasil é, atualmente, a maior demandadora de crédito formal, consumindo em torno de 40% dos volumes totais investidos na agricultura.<sup>7</sup> Desses volumes, a maior parcela destina-se às culturas de soja, milho, gado leiteiro, aves e suínos, sendo sul responsável por aproximadamente 50% da produção de grãos do país.

Em 1996, os recursos necessários às culturas de soja e milho no estado do Rio Grande do Sul foram equivalentes a US\$1,025 bi, porém o valor liberado para custeio, via crédito formal, a essas culturas chegou a pouco mais de US\$ 268 mi, ou seja, a necessidade de crédito foi atendida formalmente em aproximadamente 26% (Araújo, 2000). Isso significa dizer que 74% do valor necessário para custeio dessas culturas tiveram de ser obtidos via crédito informal.

Nesse contexto, no qual está inserido o estado do Rio Grande Sul e, conseqüentemente, a Região da Produção, o presente trabalho busca um melhor entendimento do processo de financiamento da agricultura nesta região, via crédito informal, uma vez que não há disponibilidade suficiente de crédito formal. O “mercado” de crédito agrícola informal é relativamente recente e ainda passa por ajustes entre tomadores e fornecedores de recursos. Há, na relação entre esses agentes, algumas particularidades de vantagens e desvantagens entre as partes, bem como um processo de informações ainda restrito, os quais merecem uma análise mais bem elaborada. A busca de dados que nos permitam construir uma análise científica dessas particularidades contribui na justificativa deste trabalho de pesquisa.

Este capítulo procura fornecer um arcabouço teórico-empírico sobre o sistema de crédito formal e informal, bem como suas diferentes opções, com o fim de estabelecer as particularidades e evolução das opções de financiamento. Além disso, busca avaliar os aspectos determinantes que interferem no processo de escolha entre o uso do crédito formal e informal através do perfil das propriedades rurais assim como de seus administradores. Também são objetivos: mensurar a dimensão econômica do financiamento formal e informal, caracterizar o nível de informações existentes no mercado com o fim de compreender de que maneira o sistema de financiamento da agricultura está estruturado, e analisar as vantagens e desvantagens consideradas pelos produtores rurais da região de estudo em usar as opções de crédito formais e informais, procurando entender as razões pelas quais os produtores optam por uma ou por outra forma de financiamento agrícola.

Além dessa introdução, o presente capítulo discute, na segunda seção, a caracterização do crédito formal e informal descreve algumas alternativas de crédito informal praticadas no Brasil. Na terceira parte, avalia-se o perfil das propriedades rurais quanto ao tamanho, renda e atividades, bem como o de seus administradores no que se refere à escolaridade e meios de comunicação que utilizam. Na quarta seção, analisam-se a dimensão do crédito informal e o perfil de informações dos produtores no que tange às opções disponíveis para a obtenção de crédito informal. Na quinta parte, disserta-se sobre vantagens e desvantagens do ponto de vista dos tomadores de crédito formal e informal e, na última seção, apresentam-se algumas considerações finais acerca dos resultados obtidos.

## 2 METODOLOGIA

Os dados utilizados neste estudo são de caráter primário, uma vez que foram obtidos através da aplicação direta de questionários junto aos produtores rurais, caracterizando um método exploratório de pesquisa. Os questionários foram aplicados com base em uma amostragem estratificada, em que cada município foi considerado um estrato. Para o cálculo do número de amostras relativo a cada estrato, foi mantida a proporcionalidade de acordo com o número de propriedades rurais existentes em cada município segundo dados do Incra. O nível de confiança empregado nesta

---

<sup>7</sup> Fonte de dados IBGE



### 3.1 Dimensão e caracterização do crédito informal

Diante da política governamental restritiva do crédito agrícola formal, é importante definir que é o crédito agrícola informal e quanto representa a sua participação no montante de recursos necessários para o financiamento do setor agrícola.

Em um trabalho desenvolvido por Araújo et al. (2000), observou-se que os valores necessários para custear a safra das sete principais culturas (arroz, café, feijão, milho, soja, algodão e laranja) para a safra de 1996 eram da ordem de R\$ 13,9 bilhões, porém os valores liberados para o custeio dessas somaram pouco mais de R\$ 2,5 bilhões, ou seja, o crédito formal atendeu apenas 18,6% da necessidade de recursos, o que significa dizer que mais de 80% dos recursos foram obtidos informalmente. Embora, para o Rio Grande do Sul, em 1996, os recursos necessários às culturas de soja e milho – principais culturas do estado – fossem equivalentes a US\$ 1,025 bilhões, o valor liberado para custeio via crédito formal chegou a pouco mais de US\$ 268 milhões, ou seja, a necessidade de crédito para essas culturas foi atendida formalmente em apenas 26% (Araújo, 2000). Isso significa dizer que 74% do valor necessário para custeio das culturas tiveram de ser obtidos via crédito informal. Se for levado em conta que os valores destinados para crédito agrícola reduziram-se ainda mais nos últimos anos, poder-se-á deduzir que a participação do crédito informal é ainda maior.

Considerando esses valores, pode-se concluir que o crédito agrícola informal vem crescendo em importância para a agricultura. É necessário, portanto, definir que formas de obtenção de recursos para financiamento da agricultura são consideradas informais. Para Araújo et al. (2000), os financiamentos realizados fora do sistema financeiro e do controle governamental são considerados operações informais ou, em alguns casos, semiformais. Dentre essas operações, pelo menos quatro são comuns na agricultura: a) empréstimos em dinheiro, obtidos de particulares ou de firmas ligadas à atividade agropecuária; b) operações de escambo do tipo insumo/produto ou serviço/produto entre fornecedores de insumos/serviços e produtores e entre cooperativas/firmas e produtores; c) compras e/ou vendas antecipadas de produção, realizadas entre produtores e comerciantes ou empresas agroindustriais; d) poupança e empréstimos realizados em grupos/associações informais de produtores.

Para melhor entender e caracterizar os sistemas de crédito formal e informal, pode-se recorrer ao Quadro 1, que apresenta dados extraídos de Araújo. et al. (2000), representando algumas características de ambas as formas de financiamento da agricultura.

	Formal	Informal
<i>Agentes responsáveis pelo crédito</i>	Bancos e cooperativas de crédito	Vendedores de insumos, compradores de produtos, cooperativas, associações, casa de penhor, exportadores, etc...
Público	Público e área de atuação maior.	Público e área de atuação menor.
Prazos e taxas de juros	Prazos maiores e taxas de juros menores	Prazos menores e taxas de juros maiores
Custos de transações	Valores semelhantes ao informal	Valores semelhantes ao formal
Registros das operações	Registradas formalmente em sua totalidade	Geralmente sem registro formal, dificultando inclusive o dimensionamento real.
Garantias	Exigem garantias do tipo penhor ou hipoteca.	Na maioria das vezes, não há exigência de garantias por parte dos fornecedores de crédito. Baseado no relacionamento entre o ofertante e o tomador de crédito.

Fonte: Araújo

Quadro 1 - Características do crédito formal e informal

Aos poucos, o mercado vai se ajustando à nova realidade, desenvolvendo instrumentos que permitam aos produtores financiar suas atividades fora do sistema tradicional até então. Dentre os



principais instrumentos de financiamento informal da agricultura utilizados no Brasil estão: a) contrato a termo ou “soja verde”; b) contratos futuros; c) contratos de opções; d) escambo do tipo insumo/produto ou produto/serviço; e) autofinanciamento; f) empréstimos em bancos privados ou firmas; g) poupança ou empréstimos realizados em grupos (Aguilar, 2000).

### 3.2 Perfil das propriedades rurais e de seus administradores

Os resultados apresentados neste tópico visam informar o perfil das propriedades que compõem a Região da Produção, bem como o perfil de quem as administra. Entende-se ser de relevante importância conhecer o ambiente no qual está inserido o estudo do crédito agrícola informal, pois, como se sabe, dependendo do tamanho das propriedades, de sua renda e das principais atividades, pode-se ter uma maior ou menor incidência do crédito informal. Da mesma forma, essa incidência poderá ser influenciada pelo nível de escolaridade e pelos meios de comunicação utilizados pelos produtores, possibilitando maior acesso e entendimento das informações à medida que se elevem o nível de escolaridade e a diversificação dos meios de comunicação, com o que há a possibilidade de uma variação maior no uso de opções de crédito informal.

Tabela 1 - Perfil das propriedades rurais

Tamanho da Propriedade em hectares		Principal Fonte de Renda		Receita Bruta Anual (xR\$1000)		Presença das Principais Culturas		Presença de Atividades Pecuárias	
Área	%	Atividade	%	Valor	%	Cultura	%	Atividade	%
< 10	15,0	Agricultura	78,4	<10	29,1	Soja	74,2	Aves	11,7
10 – 100	61,1	Pecuária	21,6	10 a 100	48,3	Milho	77,0	Suínos	11,7
100 – 1000	19,2			100 a 500	15,5	Trigo	27,2	Gado Leiteiro	40,8
1000-10000	4,2			500 a 1000	6,6	Arroz	1,4	Gado Corte	8,0
> 10000	0,5			>1000	0,5	Feijão	3,3	Ovinos	0,0
						Outras	33,3	Outras	4,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>		<b>100,0</b>		<b>100,0</b>				

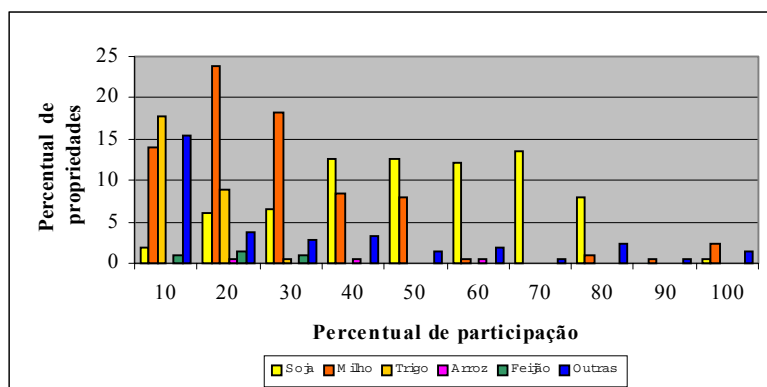
Fonte: Dados da pesquisa.

Através dos dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que a Região da Produção é composta por propriedades que, em sua maioria, possuem menos de 100 hectares. Nessas propriedades com áreas menores, é marcante a presença da agricultura familiar, caracterizada pelo uso de mão-de-obra própria e por tomada de decisões e ações conjuntas entre os membros das famílias. O fato de serem propriedades com pequenas áreas predispõe ao uso de crédito agrícola formal, já que as linhas desse tipo de crédito têm sido direcionadas para a agricultura familiar através, sobretudo, do Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

A principal fonte de renda está baseada em atividades relativas à agricultura para mais de 78% das propriedades. Nesse sentido, comprovam-se dados citados anteriormente relativos às culturas de soja e milho que são as principais culturas do estado e, por inclusão, da Região da Produção, onde mais de 74% das propriedades têm nessas culturas a maior participação na renda. A importância apresentada pela agricultura e suas culturas torna aceitável a hipótese de que o crédito formal esteja fortemente presente, pois as linhas de crédito para essas culturas são relativamente de fácil acesso. As atividades pecuárias, por sua vez, são menos frequentes nas propriedades, destacando-se a do gado leiteiro, aves e suínos; dentre essas, as que podem assumir o papel de alocadoras de crédito formal são a criação de aves e a produção de leite para as quais o próprio Pronaf prevê linhas de crédito destinado ao melhoramento de plantéis e instalações/equipamentos. Empi-

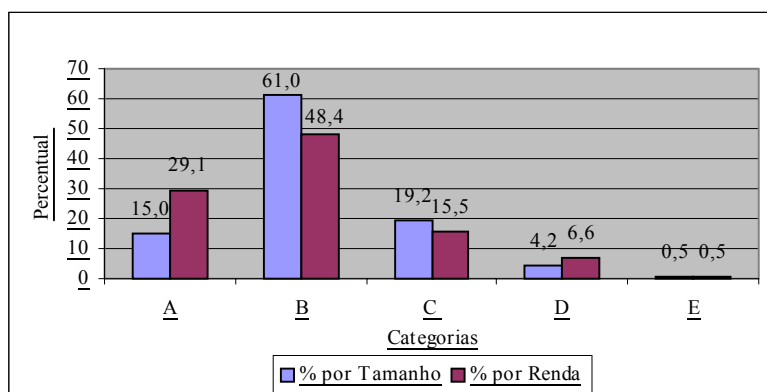


ricamente, pode-se afirmar que há uma forte relação entre as principais atividades pecuárias e as agroindústrias instaladas na região por nela estarem presentes diversos frigoríficos e laticínios.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 3 - Participação das culturas na receita



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Relação entre tamanho da propriedade e renda bruta

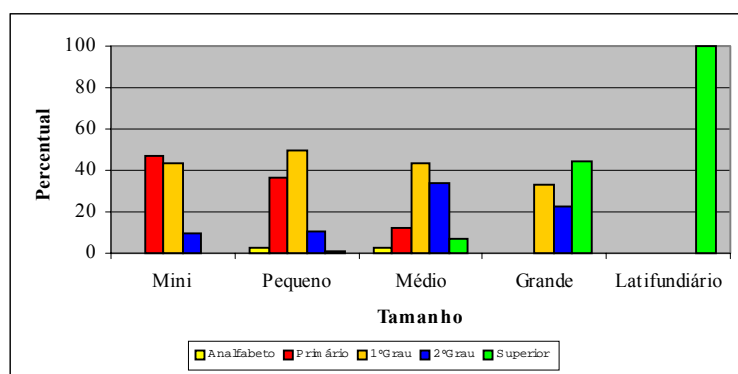
Embora algumas culturas se destaquem pela importância, observa-se a existência da prática de diversificação das atividades da propriedade. Na Figura 3, verifica-se que poucas propriedades possuem apenas uma cultura como fonte geradora de renda, o que caracteriza a monocultura. Essa diversidade pode ser um fator redutor no uso de crédito formal, na medida em que uma cultura pode subsidiar a outra.

Quando se cruzam os dados referentes ao tamanho da propriedade e sua renda, percebe-se a existência de uma relação direta entre essas duas variáveis. Assim, como mostra a Figura 4, à medida que aumenta a área da propriedade, a renda tende a aumentar em proporções equivalentes. Esse fato poderá influenciar na menor incidência de crédito informal nas grandes propriedades, as quais poderão autofinanciar suas atividades em razão da maior disponibilidade de recursos.

Tabela 2 - Perfil dos administradores rurais

Escolaridade		Presença dos meios de comunicação	
Grau de Instrução	%	Meios de comunicação	%
Analfabeto	1,9	Jornais	12,2
Primário	31,5	Revistas	14,6
1º Grau C/I	46,9	Televisão	96,2
2º Grau C/I	15,5	Rádio	93,0
Superior	4,2	Internet	5,2
		Reuniões	67,6
		Outros	0,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Dados da pesquisa.

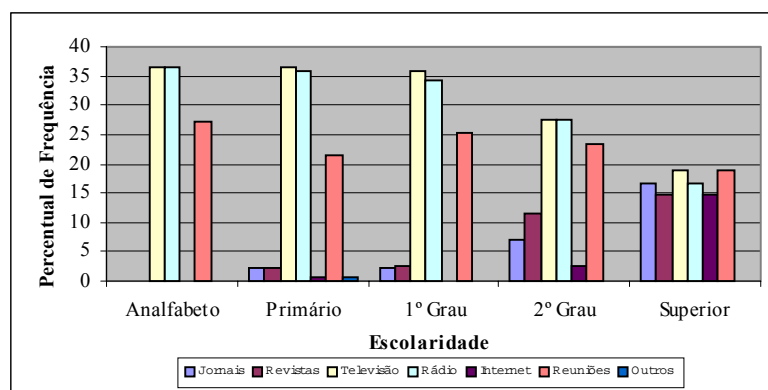


Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 - Escolaridade versus tamanho da propriedade

Os dados mostram que, conforme a área da propriedade aumenta, o grau de escolaridade também aumenta. Então, pode-se esperar que os administradores com um grau de escolaridade mais avançado tomem crédito informal em maior escala, visto que o tamanho de suas propriedades é maior, com renda maior e, via de regra, têm maiores informações pelo seu melhor grau de escolaridade.

Observa-se também que os meios de comunicação mais frequentes nas propriedades rurais são televisão, rádio e reuniões. Todavia, a Figura 6 revela que, à medida que o grau de escolaridade aumenta, os meios de comunicação utilizados tornam-se mais diversificados, reduzindo-se o uso de meios de maior manipulação, como rádio, televisão e reuniões e aumentando a participação daqueles por meio dos quais o leitor deduz suas próprias conclusões, como jornais, revistas e internet.

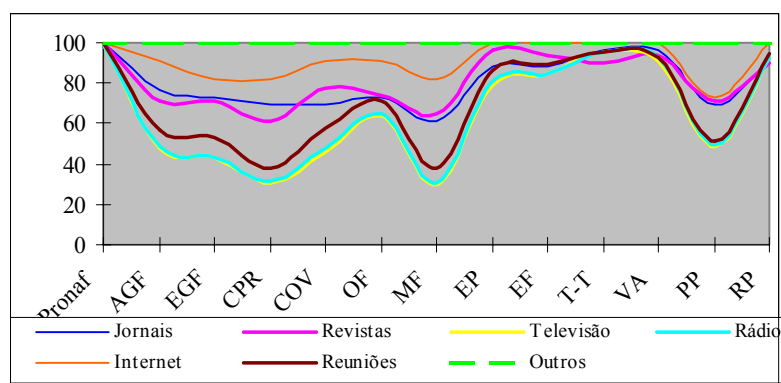


Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 - Meios de comunicação versus escolaridade

Presume-se que, à medida que aumentam os meios de comunicação utilizados, esses produtores estejam recebendo um maior nível de informações e que, portanto, sejam conhecedores das diferentes opções de financiamento para suas atividades, tendo, assim, maior embasamento para suas decisões.

Esta suposição se confirma através da Figura 7, na qual pode verificar que os meios de comunicação são mais eficientes na divulgação das opções de crédito informal. Além disso, a televisão, o rádio e as reuniões – principais meios de comunicação dos produtores com propriedades menores, menor renda e menor escolaridade – são os menos eficientes em divulgar as opções de crédito disponíveis no mercado, tanto formais quanto informais. Nesse contexto, envolvendo escolaridade e meios de comunicação, observa-se uma tendência de formação de um processo assimétrico na informação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 - Meios de comunicação versus conhecimento opções de crédito.

### 3.3 Dimensão do crédito informal e o perfil de informação dos seus tomadores

Conforme se referiu anteriormente, estudos têm mostrado que a dimensão do crédito agrícola informal no Brasil tem sido da ordem de mais de 70% para as principais culturas. Diante disso, busca-se mensurar a participação do crédito informal na Região da Produção comparando com os estudos até então realizados. Dessa forma, saber-se-á se a região em estudo se encontra num patamar de informalidade superior ou inferior à média nacional. Por outro lado, com a análise do perfil de informações dos tomadores de crédito informal, pretende-se definir o “caminho” a ser percorrido por aqueles que utilizam o crédito formal, uma vez que, como os números indicam, a transferência do formal para o informal tende a aumentar a cada ano.

Na Tabela 3, podem-se analisar alguns dados que visam dimensionar, ao menos parcialmente, a incidência do crédito informal na região em estudo. Dessa forma, com dados referentes à safra 2000/2001, verifica-se que apenas 29,6% das propriedades rurais utilizam exclusivamente crédito informal para financiar suas atividades, ao passo que 70,4% utilizam crédito formal. Entretanto, esses produtores não dispensam completamente o uso de opções de crédito informal associadas ao crédito formal. Em 89,3% das propriedades, por exemplo, o crédito informal via recursos próprios encontra-se associado ao crédito formal, sobretudo o Pronaf, que se constitui na principal fonte de crédito formal para a região, mas necessita de uma suplementação em razão de quantidade de recursos ser considerada insuficiente pelos produtores.

[...] o valor que sai nos financiamentos não cobre as despesas que o agricultor tem. Deveria vir mais recursos. A vantagem do Pronafinho é que o juro é mais baixo e, nos finalmente, na hora que a gente vai pagar, tem o rebate de R\$ 200,00. Aplicando este recurso na agricultura, sempre a gente vai ter a vantagem de uma boa colheita e esse desconto não tinha antes. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

Além de recursos próprios, cabe destacar a participação do sistema troca-troca do tipo insumo/produto e dos empréstimos realizados junto às firmas do setor agrícola como as principais opções de crédito informal utilizadas em conjunto com opções formais de crédito. A participação do sistema troca-troca poderia ser mais ampla se não fossem as reclamações dos produtores quanto à baixa qualidade dos insumos disponibilizados.

Eu não achei muita vantagem, por causa que o milho não dá como o suficiente como devia ser. [...] Eu acharia que é a qualidade da semente que não está produzindo de acordo com a semente que a gente a compra. (V.V. Vila Maria-RS, em 16/07/2001)

Há produtores que atribuem o uso de crédito formal, ao invés de recursos informais, a questões relativas à dificuldade em negociar diretamente com empresas quando eles não possuem recursos próprios. Alegam que esta opção poderá ser utilizada, mas as dificuldades e custos, especialmente com as taxas de juros, são ainda maiores.

Olha, eu já tentei fazer por fora (do sistema bancário), mas é pior ainda porque os juros são mais elevados, a pessoa (donos de firmas) que dispõe desse crédito, as taxas (de juros) são elevadíssimas. Tu acaba indo pro banco mesmo. Embora que a situação do banco é um pouco complicada, acaba fazendo de novo com o banco, porque, por fora, diretamente, digamos, com o comerciante ou quem te fornece a mercadoria, se torna muito pior. (J. L. Casca – RS, em 17/07/2001)

Mesmo aqueles produtores que, pelo tamanho da sua propriedade, se enquadram em uma categoria superior, na qual as taxas de juros são maiores, preferem utilizar recursos formais, por entenderem que as taxas de juros ainda compensam e tornam possíveis outros investimentos mais rentáveis com recursos próprios.

[...] é uma vantagem, vantagem. Qual lugar tem uma taxa de 8,75% ao ano? Nós temos que se convencer que a inflação é bem maior [...]. Se eu tenho dinheiro para fazer a lavoura própria, com recurso próprio e o banco me financia, é melhor eu pegar o dinheiro no banco e fazer outro investimento com o meu [...] e pra quem quer crescer, sempre vai ter lugar para aplicar, toda vida. [...] E propriedade que disser que não tem mais no que investir é mais fácil dizer que o proprietário não tem capacidade de administrar. (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

Além dos critérios utilizados pelos bancos que limitam o acesso de produtores ao crédito formal, outros fatores fazem com que os agricultores busquem recursos na informalidade, entre os quais os mais freqüentes são a burocracia, as altas taxas de serviços cobradas pelos bancos e a fixação de data para iniciar o pagamento do empréstimo, conforme evidenciam os comentários a seguir.

Eles podiam simplificar bem mais. É, se fosse dizer isso pra um gerente de banco, pra instituição financeira, dizer assim: “Qual é meu crédito? É 100 mil. Vamos fazer o seguinte: Quanto tu quer de hipoteca pra 100 mil? Qué 100 hectares, 200 hectares. Toma aqui a hipoteca, mas não me complica a vida no financiamento. Não faz muito papel.” Chega lá e diz: “Oh! Está aqui, 80 mil, tu tem hipotecado tua terra.” E sai e vai embora. Bom dia, está aqui teu dinheiro e a tua hipoteca está feita. Não faz muito papel eles têm a mania de ir nos mínimos detalhes. (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

[...] Olha a dificuldade é muito grande, porque eles exigem muita coisa. No caso, tu vai financiar, eles, em primeiro lugar, têm que vender o produto do banco que eles têm lá dentro, que seria seguros, a poupança que eles têm que fazer. Então, se tua finalidade é de levar 10 mil, eles te exigem o seguro de um carro, que no meu caso é a camionete, que vale uns 30 mil. Eles te comem 2 mil, mais 2 mil [...] no seguro. É taxas daqui, taxas dali. Quando tu percebe aquilo que tu vai levar do banco é pouca coisa que te falta pra fazer a lavoura. E tu está devendo bastante pro banco. Então, no resumo final, é um monte que tu deve e um pouco que tu leva. (J.L. Casca-RS, em 17/07/2001)

As taxas de juros que, os bancos cobram, no caso do Finame, que é dinheiro do BNDES é barato, mas a taxa que o banco cobra pelo trabalho do banco que é um pouco fora da realidade. (A. F. Marau-RS, em 12/09/2001)

O financiamento poderia ter mais prazo, porque sempre, logo após a colheita, o comércio sempre fica explorando. Mês de maio, junho e julho, sempre está num preço baixo. Aí, se de repente tivesse mais prazo [...] talvez o preço reaja um pouco. Agora, agora nessa época, já aumentou bastante o milho, a soja também. No caso, a gente, pra pagar em mês de junho, teve que vender a 7,50. Hoje está 10,30. É uma boa diferença, né? Pra quem precisa, por exemplo, vender 500 sacos de milho para pagar um financiamento, hoje pagaria com 300, 350. É uma das vantagens que se tivesse esse prazo, talvez a gente teria. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

Quando se analisam as principais opções de crédito informal utilizadas pelos 29,6% dos produtores exclusivamente informais, percebe-se que se destaca a utilização de recursos próprios, o sistema troca-troca do tipo insumo/produto e empréstimos junto a firmas do setor agrícola. As demais opções não apresentaram participação significativa no processo, embora algumas apresentem expectativa de crescimento na região, como é o caso da opção de mercados futuros e a comercialização em bolsas de valores, que, mesmo não sendo utilizada na região, já é divulgado em alguns municípios, gerando boas expectativas para os produtores.

Tabela 3 - Dimensão do crédito informal e utilização das opções

Tipo de crédito utilizado		Opções de crédito formal mais utilizadas*		Opções de crédito informal mais utilizadas*		Crédito informal associado ao formal*		Crédito informal associado ao Pronaf*	
Crédito	%	Opções	%	Opções	%	Opções	%	Opções	%
Formal	70,4	Pronaf	62,9	MF	0,5	MF	0,7	MF	0,7
Informal	29,6	AGF	2,3	EP	6,6	EP	8,7	EP	9,0
		EGF	0,0	EF	36,6	EF	44,0	EF	46,3
		CPR	0,9	TT	41,3	TT	46,0	TT	50,7
		COV	7,5	VA	4,7	VA	6,0	VA	6,7
		OF	17,4	PP	3,3	PP	4,7	PP	4,5
				RP	92,5	RP	89,3	RP	88,8
				OI	0,0				

Fonte: Dados da pesquisa.

Obs.: As opções citadas foram abreviadas e significam: Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; AGF – Aquisições do Governo Federal; EGF – Empréstimos do Governo Federal; CPR – Cédula do Produtor Rural; COV – Contratos de Opções de Vendas; OF – Outras opções Formais; MF – Mercados Futuros; EP – Empréstimos junto a Particulares; EF – Empréstimos junto a Firmas; TT – Troca-troca; VA – Vendas Antecipadas; PP – Poupança Formada por Produtores; RP – Recursos Próprios e OI – Outras opções Informais.

[...] eu vejo com bons olhos, porque seria uma tranquilidade maior pro agricultor. Então, pelo que a gente vê de coisa boa vindo pro agricultor é a venda através de bolsas e o seguro agrícola que tão indicando, já explicando pra gente. Então, essas duas coisas que a gente vê com bons olhos. Vamos aguardar que venham bem e que sejam favorável ao agricultor. (A. I. Palmeira das Missões-RS, em 13/08/2001)

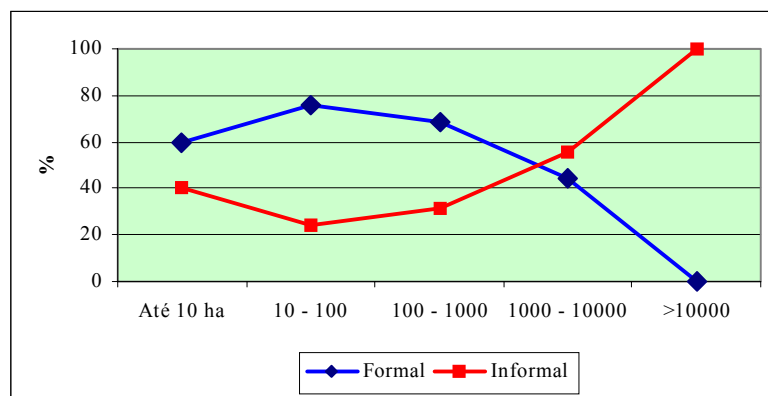
Entre as opções de crédito formal destacam-se o Pronaf e outras, entre as quais ressalta-se a importância das linhas de crédito do Finame Rural e Pro-Guaíba. Esses dados comprovam a necessidade que região, pela sua estrutura fundiária, tem das linhas de crédito formais, sem as quais mais de 60% dos produtores teriam dificuldades em se manterem na atividade.

Como as linhas de crédito formal existentes são direcionadas para mini, pequenas e médias propriedades através do Pronaf, pode-se dizer que o área da propriedade é um fator determinante para uso de crédito formal ou informal, uma vez que há propriedades que não se enquadram nos parâmetros definidos para obtenção de crédito formal.

Olha, existe (*opção de crédito formal*), tem uma taxa assim, sobre o calcário também, mas às vezes aquilo que tem disponibilidade para dar para pessoa, no meu não comporta. Então seria de um certo nível pra baixo. Então, tem que parti de novo com as firma e tu sabe que diretamente com as firmas é como elas

dizem e não como a gente quer. Então, a dificuldade se torna ainda maior. (J. L. Casca – RS, em 17/17/2001)

Nesse contexto, a Figura 8 ilustra a existência de uma relação direta do tamanho da propriedade com o uso de crédito informal, ou seja, a proporção que a área – em hectares – aumenta, cresce a participação do crédito informal, reduzindo-se a presença do crédito formal.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 8 - Tamanho da propriedade versus tipo de crédito utilizado

Com base na figura, pode-se inferir que, mesmo havendo apenas 29,6% das propriedades que usam exclusivamente de crédito informal, caso o fator de análise deixe de ser a área sob domínio de um proprietário, ou seja, o número de propriedades, e se passe a analisar a área da região como um todo, pode-se chegar a outro indicador de participação do crédito informal. Assim, calculou-se, conforme Tabela 2, a área total da Região da Produção atendida com crédito informal, ressaltando-se que os valores utilizados são estimados.

Tabela 4 - Dimensão estimada do crédito informal quanto a área atendida e valores

Tamanho da propriedade (em ha)	Área média da propriedade (em ha)	Nº de propriedades classificadas na categoria	Área total das propriedades por categoria (em ha)	% da área total classificada em cada categoria	% de produtores que utilizam crédito informal por categoria	Área total financiada via crédito informal (em ha)
0-10	05	32	160	0,17	40,62	64,99
10-100	55	130	7.150	7,83	23,85	1.705,27
100-1.000	550	41	22.550	24,69	31,70	7.148,35
1.000-10.000	5.500	9	49.500	54,18	55,56	27.502,20
+ 10.000	12.000*	1	12.000	13,13	100,0	12.000,00
Total		213	91.360	100		48.420
% Crédito Informal						53,0

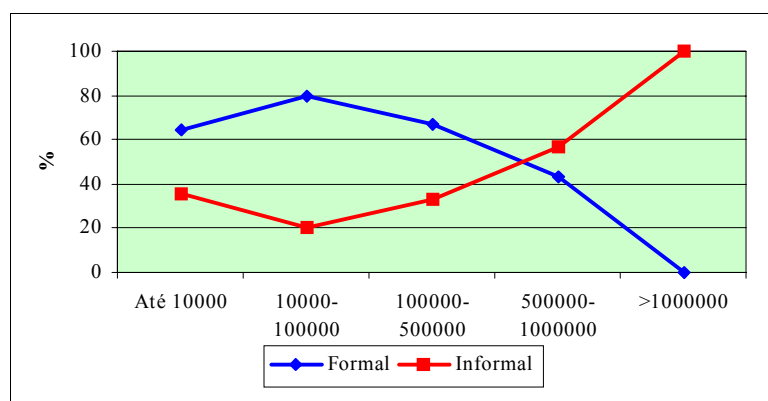
Fonte: Dados da pesquisa.

\*Medida real da única propriedade classificada nesta categoria via dados da pesquisa

Os valores estimados presentes na Tabela 4, revelam que os 29,6% de produtores que utilizam exclusivamente recursos informais, na realidade, são responsáveis por 53% da área total. Portanto, pode-se deduzir que, existindo igualdade de custos para financiamento de cada hectare plantado, tanto para crédito formal como para informal, isso equivale a dizer que, do total de recursos utilizados na região, 53% do total são recursos informais. Outro fator não medido para cálculo desse percentual, mas que, certamente, torna esse valor ainda mais significativo, são os valores de crédito

informal utilizados associados ao crédito formal. Como não foi possível captar a proporção entre ambos, infere-se que os valores totais utilizados para financiamento do setor agrícola da Região da Produção aproximam-se ainda mais daqueles verificados em nível médio do Brasil, quais sejam, 70% de recursos informais e 30% de recursos formais.

Por estar a renda bruta da propriedade diretamente relacionada ao seu tamanho, o comportamento em termos da participação do crédito formal e informal tende a seguir aquele observado quando se analisa o tamanho da propriedade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 – Renda da propriedade versus tipo de crédito

Os dados de Figura 9 comprovam tal comportamento, pois, à medida que a renda bruta da propriedade aumenta, diminui a participação do crédito formal em detrimento do aumento da incidência de crédito informal. Isso se deve, como já mencionado anteriormente, à relação direta do tamanho da propriedade e à renda. Dessa forma, sem linhas de crédito formal para atender a propriedades maiores, e essas possuindo maior renda bruta, comprava-se o uso em maior escala de recursos próprios entre os informais.

Estimada a dimensão do crédito informal, a questão a ser respondida é: qual ou quais são as culturas agrícolas e/ou pecuárias que consomem crédito informal em maior volume? A Tabela 5 é composta por dados referentes às atividades relativas à agricultura.

Tabela 5 - Participação do crédito informal na agricultura

Culturas	% Crédito Formal	% Crédito Informal
Soja	74,1	25,9
Milho	72,6	27,4
Trigo	74,1	25,9
Arroz	33,3	66,7
Feijão	85,7	14,3
Outras	76,1	23,6
Total	74,3	25,7

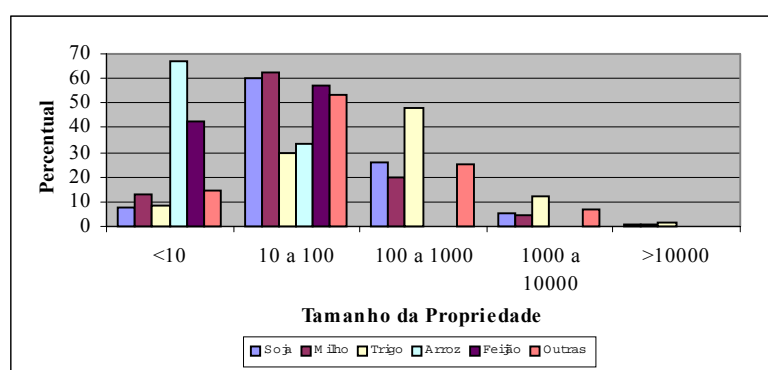
Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as propriedades que possuem a agricultura como principal fonte de renda, percebe-se que o percentual de produtores que utilizam apenas crédito informal mantém-se equilibrado entre as principais culturas, ou seja, 25 a 27%. As demais culturas, por se apresentarem em menor escala de produção, não são relevantes para a análise em questão. Porém, cabe ressaltar que, embora a



cultura do arroz apresente um percentual maior de produtores que utilizam crédito informal, não há razões específicas para a ocorrência disso, uma vez que tal cultura não necessita de linhas de crédito formal, diferentemente daquelas utilizadas para a soja e o milho. Em números totais, 74,3% das propriedades que têm como base a agricultura utilizam crédito formal e apenas 25,7%, exclusivamente crédito informal.

A Figura 10 apresenta dados que justificam o elevado percentual de crédito formal empregado nas culturas agrícola, pois percebe-se que as propriedades com área até 100 hectares, é onde ocorre o maior índice de diversificação de culturas e, também, onde se encontra o maior percentual das que cultivam soja e milho. Nesse contexto e com base em dados anteriores, que relacionavam o tamanho da propriedade com o tipo de crédito utilizado, convém afirmar novamente que, embora o percentual de propriedades com base econômica na agricultura apresente maior frequência de tomadores de crédito formal, a área total atendida por este tipo de crédito tende a ser menor pelas razões já expostas; logo, aumenta a participação do crédito informal.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 - Diversificação de culturas versus tamanho da propriedade

Entre os produtores que utilizam crédito formal existe uma certa divergência quanto ao uso de seguro agrícola: alguns o utilizam por julgarem as culturas, principalmente a soja, de maior risco, de modo que seria necessária uma certa garantia. Já outros atribuem às mudanças nas regras de avaliação e pagamento do seguro o fato de dispensarem seu uso. Por outro lado, a inexistência de seguro agrícola atrelado às opções de crédito informal foi uma das principais reclamações entre os produtores que utilizam este tipo de financiamento.

Acho que esse seguro não veio ajudar em nada, porque deveria ser por propriedades, cada qual ter o seu seguro. Esse seguro por região aí, não veio ajudar em nada, porque dá diferença de um lugar pro outro. Uma chuva a mais que dê numa propriedade de uma região pra outra, já dá diferença. E se por região, a média de porcentagem na colheita der, daí não tem vantagem nenhuma. Precisava sê por propriedade, cada qual pra si. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

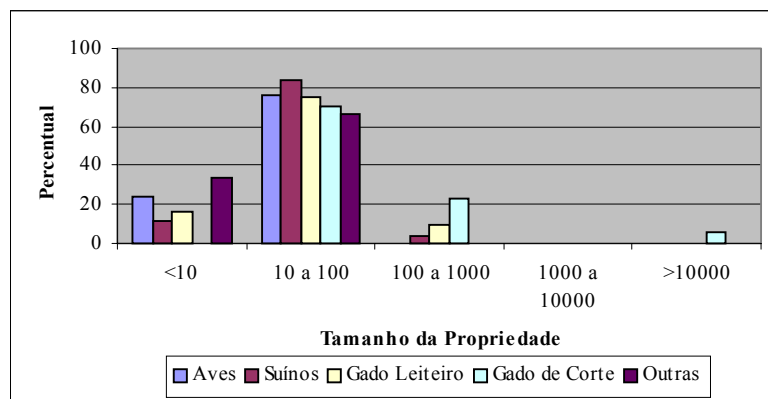
Faço seguro, sim. Tudo eu faço com Proagro. Milho e trigo tem que fazer [...], soja não, porque pra ti não colher 20 por hectare em soja, só com muita desgraça. (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

Entre as principais atividades pecuárias desenvolvidas na região, o desempenho, em termos do uso de crédito formal e informal, é idêntico aquele observado entre as culturas agrícolas, ou seja, entre os produtores que têm como principal fonte de renda a pecuária, os percentuais de crédito informal empregados para as culturas de aves, suínos e gado leiteiro são de 28.0, 32.0 e 21.8%, respectivamente (Tabela 6). Assim, a maioria dos produtores utiliza crédito formal. A criação de gado de corte e outras atividades pecuárias – piscicultura, apicultura, etc. – apresentam um comportamento um pouco diferente das anteriores, já que o percentual de produtores que utilizam crédito formal e os que optaram pelo informal encontra-se equilibrado.

Tabela 6 - Participação do crédito informal na pecuária

Atividades	% Crédito formal	% Crédito informal
Aves	72,0	28,0
Suínos	68,0	32,0
Gado leiteiro	78,2	21,8
Gado de corte	52,9	47,1
Outros	44,4	55,6
Total	56,5	43,5

Fonte: Dados da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 11 - Concentração das atividades pecuárias versus tamanho da propriedade

Uma das justificativas para esses números está na presença de empresas agroindustriais na região, o que motiva o desenvolvimento das atividades pecuárias. Para dar condições de expansão das atividades, tanto no aspecto quantitativo (construção de novas instalações, etc.) quanto no qualitativo (aquisição de novos equipamentos, melhoria das instalações, etc.), o governo tem disponibilizado linhas de crédito específicas para as atividades de criação de aves, suínos e gado leiteiro.

Aliado a isso, conforme a Figura 11, nota-se que as atividades pecuárias se encontram concentradas nas propriedades com área inferior a 100 hectares, justamente as que se enquadram nas linhas de crédito formal, como o Pronaf, por exemplo, o qual disponibiliza linhas de crédito específicas para as principais atividades pecuárias da região.

Percebe-se uma preocupação entre os produtores rurais quanto aos níveis de subsídio à agricultura empregados no Brasil com relação a outros países. É comum entre produtores que utilizam crédito formal ou informal a reivindicação de que o subsídio deveria ser ampliado, especialmente entre os produtores que utilizam basicamente recursos próprios e que não têm acesso a empréstimos com taxas de juros inferiores, como é o caso das linhas de crédito do Pronaf. Este subsídio em forma de taxas de juros verificado no Pronaf é fator motivador para produtores utilizarem crédito formal:

A falta (*de subsídio*) é ruim. A gente paga imposto de tudo que é coisa e para a agricultura plantar e colher o alimento que todo mundo consome, não tem subsídio nenhum praticamente [...]. Não tem, não tem nenhum incentivo maior. O agricultor está trabalhando por amor à camiseta mesmo. Não porque tenha um incentivo. Acho que precisava ter um incentivo. Tem para tanta coisa menos pra produção de alimento. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

[...] aqui no Brasil está muito abaixo de países de Primeiro Mundo sobre subsídio. Mas eu acho que com um bom seguro agrícola que garantisse a produtividade, a média por hectare, daí seria uma forma de

conseguir, de a gente poder plantar melhor e obter bons lucros e todo mundo ganhar, o governo ganhar em grãos e a gente ganhar em lucros. (A. I. Palmeira das Missões-RS, em 13/08/2001)

Eu acho que deveria existir mais subsídio que nem existia uma vez. E já diferenciar para uma linha, digamos, de um certo nível de produtor, que quem está sofrendo é da classe média para baixo, que da classe média para cima eles têm recursos e têm acesso melhor em qualquer entidade bancária. Deveria ter um subsídio a partir de um certo nível pra todos os agricultores de pouca renda, senão, é inviável. A agricultura, digamos assim, hoje a juventude não fica na agricultura por causa disso aí. Não existe incentivo nenhum, é totalmente desacreditado porque não existe saída. Se nós que já estamos na agricultura há tempo, já estamos sentindo dificuldade, imagina uma pessoa nova que está crescendo agora, na dificuldade que existe [...], eles partem pra coisa mais fácil. E a coisa mais fácil não existe em lugar nenhum. Mas eles na agricultura é difícil que vão ficar. (J.L. Casca-RS, em 17/07/2001)

Com o objetivo de verificar o perfil de informações do agricultor tomador de crédito informal na Região da Produção, questiona-se: quais são as opções de crédito formais/informais conhecidas pelos produtores rurais? Os produtores procuram conhecer outras formas de financiamento além daquela(s) que habitualmente utilizam? Entre os formais e os informais, quem busca conhecer outras formas de financiamento com maior frequência? Qual é a relação da escolaridade no processo de busca por outras formas de financiamento? Como, quem e com que frequência se fazem divulgações dessas opções de financiamento? Os produtores participam? Com que frequência? Qual o grau de facilidade/dificuldade de entendimento que os produtores possuem em entender as opções de financiamento e suas particularidades? Qual a relação dos meios de comunicação com o uso de crédito formal ou informal?

As respostas a essas questões permitirão estabelecer um perfil do processo de informações ao qual o produtor rural se encontra vinculado, bem como sua participação nesse processo. Como o processo de informações tem importância relevante na disseminação das opções de financiamento, entender como está ocorrendo na região de estudo permitirá que se avaliem avaliarmos melhor algumas variáveis, entre elas, a própria dimensão do uso do crédito informal.

Tabela 7 – Conhecimento das opções de crédito formais e informais\*

Opção	Pronaf	AGF	EGF	CPR	COV	OF	MF	EP	EF	TT	VA	PP	RP
%	99,1	46,9	41,8	30,5	47,9	63,4	28,6	78,9	83,6	95,3	91,5	48,4	93,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Ver observações do quadro 4.

No que se refere ao conhecimento de opções de financiamento, com pressuposto básico para seu uso, observa-se que das informais, as mais conhecidas são o sistema troca-troca, vendas antecipadas e recursos próprios; entre as formais destaca-se o Pronaf. De uma maneira geral, não se detectaram diferenças significativas no conhecimento dessas opções quando analisados os dados em separado dos formais e informais, todavia destacaram-se as opções informais como sendo mais conhecidas, de forma geral, do que as formais.

Observou-se entre os produtores um baixo índice de procura por outras opções de financiamento, visto que a maioria não procura, ou dificilmente procura, variar ou conhecer novas possibilidades, ficando restrita às opções habituais (Tabela 7). Esses dados demonstram uma certa acomodação ou fidelidade à opção utilizada ou, ainda, que existe um nível de satisfação em relação à forma de financiamento, de tal modo que os produtores não sentem necessidade de mudar. No entanto, que a visão desses produtores em relação ao cenário do crédito agrícola pode estar um tanto restrita, visto que o mercado demanda justamente a inclusão de outras opções, diferentes daquelas clássicas.

Quando se analisam esses índices numa relação entre formais e informais, nota-se uma maior frequência de busca por outras opções entre os produtores que utilizam crédito formal. Talvez isso represente uma tentativa de mudança, de sensibilidade em relação ao mercado, buscando alternativas novas e que possam suprir a ausência de recursos via crédito formal. Ainda em relação à frequência pela busca de outras opções de financiamento, nota-se que os produtores com menor escolaridade apresentam maior interesse em buscar outras opções, ou seja, 75% dos analfabetos dizem que “às vezes” procuram e 25% “sempre”. Entre os níveis intermediários de escolaridade, observa-se uma maior dispersão na frequência da busca por outras opções e, entre os produtores com nível superior, 55% dizem “difícilmente” procurar e 45% “às vezes” procuram outras formas de financiar suas atividades. Esse comportamento pode significar que esteja ocorrendo uma compensação, já que os meios de comunicação utilizados pelos produtores de baixo nível escolar são mais restritos.

Tabela 8 - Perfil de informação dos produtores rurais

Busca por outras opções de financiamento		Divulgação das opções versus participação dos produtores		Órgãos/instituições divulgadoras		Facilidade/dificuldade de entendimento das opções de crédito	
Frequência	%	Divulgação/participação	%	Órgão/instituição	%	Grau dificuldade/facilidade	%
Não Procura	37,1	Aconteceu/participou	12,0	Órgãos de classe	51,7	Não entende	4,2
Difícilmente	22,5	Acontece/participa	34,0	Órgãos públicos	41,3	Muita dificuldade	20,2
Às vezes	24,4	Aconteceu/ não participou	21,0	Instituições privadas	6,3	Alguma dificuldade	35,7
Freqüentemente	9,9	Não aconteceu/ não participou	7,0	Instituições de ensino	0,7	Alguma facilidade	26,8
Sempre	6,1	Não sabe	26,0	-	-	Entende facilmente	13,1
Total	100		100		100		100

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro do processo de informação no qual estão inseridos os produtores rurais, procurou-se evidenciar se ocorrem nas localidades do interior dos municípios, ou mesmo nas sedes, algum evento que promova a divulgação das diferentes opções de financiamento, com suas particularidades, e qual a frequência de participação dos produtores nesses. Os resultados mostram que a minoria, ou seja, 34% dos produtores relatam participar de eventos de divulgação que ocorrem em suas comunidades ou municípios. Em 67% dos casos, dizem que “ocorrem” ou “ocorreram” eventos de divulgação, e 33% dos produtores referem-se a eventos ocorridos no passado, ou seja, num período superior a 12 meses. Isso demonstra que a frequência com a qual são realizadas essas reuniões com os produtores pode estar aquém da real necessidade e que, não ocorrendo a cada intervalo menor ou igual a 12 meses, eles podem deixar de receber informações importantes entre uma safra e outra. Outros 33% dos produtores relataram que não ocorrem ou não ocorreram eventos em seus municípios, além de alguns não saberem informar a respeito, demonstrando que, se estiver ocorrendo a divulgação, esta não está sendo eficiente.

O cruzamento de dados revela que, dentre aqueles produtores que dizem não saber da realização de eventos de divulgação, a grande maioria é usuária de crédito informal, consistindo no uso de recursos próprios como principal fonte de recursos. Dessa forma, esses produtores não procuram conhecer novas alternativas através de eventos de divulgação. Esses dados são confirmados pela maioria dos produtores que dizem existir e participar de eventos de divulgação, os quais, em

sua maioria, são usuários de crédito formal e que, pelos motivos já mencionados, sentem a necessidade de ampliar seus conhecimentos em relação às opções disponíveis no mercado.

Quando se analisou a influência do grau de escolaridade dos produtores na maior ou menor participação em eventos de divulgação, esperava-se uma relação direta entre essas variáveis, pois, aumentando o grau de escolaridade, supunha-se haver um aumento no interesse por novas alternativas. Entretanto, o que se percebeu prática contrariou essa expectativa uma vez que, entre os analfabetos, por exemplo, todos sabiam da realização dos eventos e 75% deles disseram participar; entre os demais níveis de escolaridade, chama a atenção o fato de, com grande frequência, os produtores afirmarem não saber da existência de tais eventos, ou por falta de interesse em buscar saber, ou pela divulgação não estar atingindo a todos de forma igualitária. De maneira geral, situam-se em torno de 30% os produtores que afirmam participar nos eventos que ocorrem.

Avaliando o processo de divulgação de opções de crédito e suas particularidades, é importante observar por quem são organizados e realizados esses eventos de divulgação. Nesse aspecto, nota-se que essa responsabilidade ainda recai sobre entidades de classe e órgãos públicos, pois mais de 51% dos eventos são realizados por órgãos de classe (sindicatos, cooperativas, etc.), mais de 41% das vezes, por órgãos públicos (secretarias da agricultura, Emater, etc.) e 7%, por entidades privadas ou instituições de ensino. Assim, evidencia-se que o setor privado encontra-se ainda pouco participativo desse processo e, como se não dispõe de dados anteriores, não se pode afirmar que a participação de entidades privadas esteja aumentando, porém se a lei de mercado funciona para esse caso, espera-se um aumento na participação como forma de obter futuros clientes.

Quando questionados sobre a facilidade ou dificuldade de entendimento das opções de crédito e suas particularidades, mais de 55% dos produtores admitem ter “muita” ou “alguma” dificuldade; 40% dizem entender com “alguma facilidade” ou “facilmente” e 4,2% confessam não entender tais opções e suas particularidades. Os dados revelam que a maioria dos produtores pode não estar migrando de uma forma de financiamento para outra por ter dificuldade de entender seu funcionamento. Fazendo uma análise entre os formais e informais, percebe-se que, de maneira geral, os produtores que utilizam os primeiros têm maior facilidade em entender as opções de financiamento talvez por estarem mais habituados às negociações via sistema bancário. O efeito do grau de escolaridade na facilidade ou dificuldade de entendimento, apesar de algumas variações, apresenta relação direta com a maior facilidade de entendimento, pois, com exceção dos “analfabetos”, que consideram ter entre “alguma dificuldade” ou “entender facilmente”, à medida que aumenta o grau de escolaridade, também cresce o grau de entendimento.

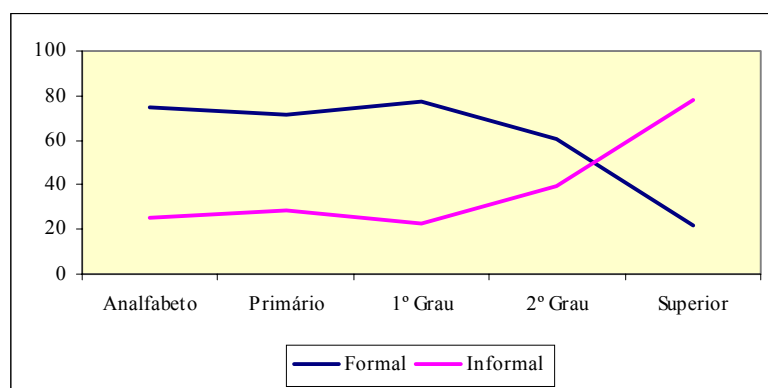
Tabela 9 - Perfil dos “formais” e “informais”

Busca por outras opções de financiamento		Divulgação das opções <i>versus</i> participação dos produtores		Órgãos/instituições divulgadoras		Facilidade/dificuldade de entendimento das opções de crédito	
Frequência	%	Divulgação/participação	%	Órgão/instituição	%	Grau dificuldade/facilidade	%
Não Procura	37,1	Aconteceu/participou	12,0	Órgãos de classe	51,7	Não entende	4,2
Difícilmente	22,5	Acontece/participa	34,0	Órgãos públicos	41,3	Muita dificuldade	20,2
Às vezes	24,4	Aconteceu/ não participou	21,0	Instituições privadas	6,3	Alguma dificuldade	35,7
Freqüentemente	9,9	Não aconteceu/ não participou	7,0	Instituições de ensino	0,7	Alguma facilidade	26,8
Sempre	6,1	Não sabe	26,0	-	-	Entende facilmente	13,1
Total	100		100		100		100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 9 contém dados por meio dos quais se objetiva estabelecer um perfil diferencial entre os produtores ditos “formais” (F) e os “informais” (I) no que diz respeito ao grau de escolaridade e do tipo de crédito utilizado, além dos meios de comunicação por eles utilizados.

Pode-se verificar uma pequena diferença, ou uma pequena relação, entre a escolaridade e a forma de obtenção de crédito agrícola, uma vez que, entre os agricultores que utilizam crédito formal, mais de 85% possuem escolaridade de “analfabeto” e “1º grau completo ou incompleto”. Já, entre os que utilizam crédito informal, mais de 68% possuem escolaridade entre “1º grau completo ou incompleto” e “superior”. Logo, pode-se afirmar que existe uma tendência de que, com o nível de escolaridade aumentando, os agricultores passem a utilizar crédito informal com maior frequência. Essa afirmação pode ser sustentada pelos dados da Tabela 9 e mais bem visualizada na Figura 11, através das quais se pode verificar que, entre os produtores “analfabetos”, por exemplo, 75% utilizam crédito formal e 25%, informal; em oposição com nível superior, apenas 22,2% valem-se do crédito formal, ao passo que 77,8% optam pelo informal. Assim, pode-se concluir que, à proporção que aumenta o grau de escolaridade, também aumenta o uso de crédito informal.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 11 - Formal/informal versus escolaridade

A definição do perfil quanto aos meios de comunicação utilizados pelos formais e informais revela o uso de grupos de veículos de comunicação diferenciados. Ainda que “formais” e “informais” utilizem, basicamente, todos os meios de comunicação, entre os últimos os mais utilizados são internet, jornais e revistas e, entre aqueles, reuniões (tipo “Dias de Campo”), televisão e rádio. A linha “outros”, embora esteja composta por 100% de usuários “formais”, não merece maiores considerações por se tratar de um único caso em que um produtor citou o uso de “mala-direta” como meio de comunicação. Assim, os meios de comunicação a serem utilizados para ampliar a abrangência de informações devem ser escolhidos de forma adequada para cada grupo de produtores.

### 3.4 Vantagens e desvantagens do crédito informal

Como as principais formas de financiamento da agricultura via crédito informal se dão através de recursos próprios, sistema troca-troca e empréstimos junto a firmas do setor, – essas opções são utilizadas isoladas ou associadas umas às outras – e esperando que os produtores levem em consideração a maior possibilidade de ganho possível nas transações de financiamento, convém investigar quais vantagens e quais desvantagens são apontadas por eles ao utilizarem o crédito informal. No entanto, haverá situações em que, mesmo o produtor não sendo atendido em todas as vantagens que espera obter, terá de recorrer a uma ou outra modalidade de crédito informal pelo fato de não existirem opções formais das quais possa usufruir.

A utilização de recursos próprios como a principal fonte de financiamento do crédito informal está intimamente relacionada com os valores disponíveis via crédito formal e com suas taxas de juros visto que, aumentando o valor do crédito obtido formalmente, a taxa de juros sobe, tornando-se mais atraente ao produtor investir seu próprio dinheiro, pois o custo de oportunidade, nesse caso, é o rendimento da poupança, é que fica baixo do juro pago pelo empréstimo; já, para alguns produtores com maiores áreas de terra, os valores liberados a baixas taxas de juros (juros subsidiados) são insuficientes para o custeio da lavoura.

[...] o valor que sai nos financiamentos não cobre as despesas que o agricultor tem. Deveria vir mais recursos. A vantagem do Pronafinho é que o juro é mais baixo e, no final, na hora que a gente vai pagar, tem o rebate de R\$ 200,00. Aplicando este recurso na agricultura, sempre a gente vai ter a vantagem de uma boa colheita e esse desconto não tinha antes. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

Por outro lado, observa-se entre os produtores uma certa preocupação com as outras formas de financiamento informais. Ocorreram relatos de dificuldades em negociar diretamente com empresas, cujas taxas de juros seriam ainda maiores que utilizar recursos próprios ou recorrer ao crédito formal via bancos, por exemplo.

Olha, eu já tentei fazer por fora (do sistema bancário), mas é pior ainda porque os juros são mais elevados, a pessoa (donos de firmas) que dispõe desses créditos, as taxas (de juros) são elevadíssimas. Tu acaba indo pro banco mesmo. Embora que a situação do banco é um pouco complicada, acaba fazendo de novo com o banco, porque por fora, diretamente, digamos, com o comerciante ou quem te fornece a mercadoria, se torna muito pior. (J. L. Casca – RS, em 17/07/2001)

A alternativa informal de troca-troca do tipo insumo-produto, ainda que utilizada associada a outras formas de financiamento, não tem sido vista com bons olhos por alguns produtores, os quais atribuem a má qualidade das sementes à pouca procura por esta opção:

Eu não achei muita vantagem, por causa que o milho não dá como o suficiente como devia sê. [...] Eu acharia que é a qualidade da semente que não está produzindo de acordo com a semente que a gente a compra. (V.V. Vila Maria-RS, em 16/07/2001)

A alternativa de comercialização em bolsas de valores ainda é incipiente entre os pesquisados, sendo conhecida por poucos e não sendo utilizada na prática por nenhum produtor da região de estudo. No entanto, quem já ouviu falar acerca dessa opção aguarda com boas expectativas a difusão em maior escala e a prática mais constante, que possam trazer resultados positivos aos produtores.

[...] eu vejo com bons olhos, porque seria uma tranquilidade maior pro agricultor. Então, pelo que a gente vê de coisa boa vindo pro agricultor é a venda através de bolsas e o seguro agrícola que tão indicando, já explicando pra gente. Então, essas duas coisas que a gente vê com bons olhos. Vamos aguardar que venham bem e que sejam favorável ao agricultor. (A. I. Palmeira das Missões-RS, em 13/08/2001)

Evidencia-se que, entre as principais vantagens citadas por aqueles produtores que utilizam crédito informal exclusivamente, estão a taxa de juros baixa e a disponibilidade de recursos no período necessário, citadas por 65% deles; para 63%, a principal vantagem reside no fato de que esta forma de financiamento não vincula a produção a um preço preestabelecido, ficando o produtor livre para escolher a melhor hora para a venda do seu produto. As demais vantagens, embora importantes, obtiveram menor nível de significância. Pode-se, pois, assumir que essas vantagens estão estritamente ligadas ao uso de recursos próprios, visto que essa opção é utilizada por todos os produtores informais.



Tabela 10 - Vantagens e desvantagens do crédito informal e formal

Opções	Vantagens		Opções	Desvantagens	
	Formais	Informais		Formais	Informais
Taxa de juros baixa	91,0	65,0	Alta taxa de juros	9,0	11,0
Fácil acesso ao crédito	77,0	17,0	Difícil acesso ao crédito	23,0	2,0
Disponibilidade suficiente de recursos	53,0	25,0	Disponibilidade insuficiente de recursos	47,0	3,0
Disponibilidade de recursos no período necessário	55,0	65,0	Liberação de recursos fora do período necessário	43,0	0,0
Facilidade de realizar transações entre os agentes	77,0	10,0	Dificuldade em realizar transação entre os agentes	21,0	3,0
Pouca burocracia	17,0	21,0	Muita burocracia	82,0	11,0
Crédito subsidiado	75,0	5,0	Crédito não subsidiado	17,0	63,0
Não há necessidade de garantias	30,0	33,0	Há necessidade de garantias	41,0	2,0
Presença de seguro agrícola	39,0	3,0	Não há presença de seguro agrícola	29,0	65,0
Segurança quanto a margem de lucro	13,0	8,0	Não há segurança quanto a margem de lucro	55,0	10,0
Facilidade de pagamento futuro	75,0	14,0	Dificuldade para pagamento futuro	20,0	3,0
Não vincular a produção a um preço pré- definido	61,0	63,0	Vincular a produção a um preço pré-determinado	7,0	2,0
Outras	1,0	8,0	Outras	1,0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à baixa taxa de juros mencionada como vantagem para quem utiliza recursos próprios, há discordâncias de que seja realmente baixa uma vez que, dependendo do custo de oportunidade ao qual ela seja comparada, pode-se verificar a existência de taxas de juros menores para crédito formal via banco. Assim, se comparadas as taxas de juros dos créditos formais da linha Pronaf, por exemplo, ver-se-á, que são inferiores ao rendimento da poupança, além de terem um desconto no pagamento, quando feito dentro do prazo de vencimento (Pronafinho). Mesmo no caso do produtor que demanda por um volume maior de recursos e, por isso, enquadra-se em uma categoria superior de crédito formal, na qual as taxas de juros também são maiores, as taxas de juros entre financiamento e poupança se equivalem, o que pode ser mais bem ilustrado pelo comentário feito por um produtor que utiliza crédito formal:

[...] é uma vantagem, vantagem. Qual lugar tem uma taxa de 8,75% ao ano? Nós temos que se convencer que a inflação é bem maior. Se eu tenho dinheiro para fazer a lavoura própria, com recurso próprio, e o banco me financia, é melhor eu pegar o dinheiro no banco e fazer outro investimento com o meu [...] e pra quem quer crescer, sempre vai ter lugar para aplicar, toda vida. [...] E propriedade que disser que não tem mais no que investir é mais fácil dizer que o proprietário não tem capacidade de administrar". (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

A vantagem de ter os recursos disponíveis no período necessário está diretamente relacionada à demora na liberação de recursos formais, atrasando a formação das lavouras. Esses fatores acabam levando a que os produtores acabem optando por utilizar recursos informais como saída para um melhor planejamento das suas atividades agrícolas, uma vez que existem períodos tidos como melhores para o plantio e, sem recursos para a aquisição de insumos, o risco de perder esse período seria aumentado. Portanto, é aceitável que os produtores que utilizam crédito informal vejam essa disponibilidade de recursos no período adequado como sendo uma grande vantagem. Geralmente, os atrasos que ocorrem no crédito formal e que são eliminados no crédito informal estão diretamente relacionados à burocracia bancária, que tem pouca agilidade e exige muita documentação.

Eles podiam simplificar bem mais. É, se fosse dizer isso pra um gerente de banco, pra instituição financeira, dizer assim: “Qual é meu crédito? É 100 mil. Vamos fazer o seguinte: Quanto tu quer de hipoteca pra 100 mil? Quê 100 hectares? 200 hectares? Toma aqui a hipoteca, mas não me complica a vida no financiamento!” Não faz muito papel, chega lá e diz: “Oh! Está aqui, 80 mil, tu tem hipotecado tua terra.” E sai e vai embora. “Bom dia, está aqui teu dinheiro e a tua hipoteca está feita. Não faz muito papel” [...] eles têm a mania de ir nos mínimos detalhes. (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

O fato de o crédito informal não vincular a produção a um preço preestabelecido, permitindo ao produtor escolher a melhor forma de comercialização futura, e fator visto como uma vantagem desse tipo de financiamento agrícola deixa clara a preferência que esses têm de poderem optar pela venda de sua produção no período que julgarem mais adequado. Como os recursos informais utilizados, em sua maioria, são próprios, o produtor livra-se da obrigação de pagar os valores utilizados numa data predefinida, na qual os preços poderão estar abaixo de suas expectativas. Isso é comum ocorrer com aqueles que utilizam crédito formal, uma vez que, ao tomarem recursos via banco, já são prefixadas datas para o início dos pagamentos.

Geralmente, o processo de pagamento inicia-se logo após a colheita, quando a oferta de produtos agrícolas se encontra em alta, forçando os preços para baixo. Esse processo desencadeia uma série de conseqüências das quais os produtores que utilizam crédito informal querem fugir. Na medida em que eles são forçados a vender seus produtos num período de preços menores, os volumes a serem comercializados deverão ser maiores para arrecadar os recursos suficientes para saldar a parcela ou o total da dívida; logo, restará um volume menor para comercialização de acordo com sua avaliação do mercado:

O financiamento poderia te mais prazo. Porque sempre, logo após a colheita, o comércio sempre fica explorando. Mês de maio, junho e julho sempre está num preço baixo. Aí se de repente tivesse mais prazo talvez o preço reaja um pouco. Agora, nessa época já aumentou bastante o milho. A soja também. No caso, a gente para pagar em mês de junho, teve que vender a 7,50. Hoje está 10,30. É uma boa diferença, né? Pra quem precisa, por exemplo, vender 500 sacos de milho para pagar um financiamento, hoje pagaria com 300, 350. É uma das vantagens que, se tivesse esse prazo, talvez a gente teria. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

Outros produtores alegam ainda que recorrer ao crédito informal é uma forma de fugir dos altos custos incorporados aos serviços bancários, nos quais seriam cobradas diversas taxas, restando muito pouco para ser realmente investido na agricultura:

[...] olha a dificuldade é muito grande, porque eles exigem muita coisa. No caso, tu vai financiar, eles em primeiro lugar, eles têm que vender o produto do banco que eles têm lá dentro, que seria: seguros, a poupança que eles têm que fazer. Então, se tua finalidade é de levar 10 mil, eles te exigem o seguro de um carro, que no meu caso é a camionete, que vale uns 30 mil. Eles te comem 2 mil, mais 2 mil [...] no seguro. É taxas daqui, taxas dali. Quando tu percebe aquilo que tu vai levar do banco é pouca coisa que te falta pra fazer a lavoura. E tu está devendo bastante pro banco. Então, no resumo final, é um monte que tu deve e um pouco que tu leva. (J.L. Casca-RS, em 17/07/2001)

As taxas de juros que os bancos cobram, no caso do Fname, que é dinheiro do BNDES [...] é barato, mas a taxa que o banco cobra pelo trabalho do banco é um pouco fora da realidade. (A. F. Marau-RS, em 12/09/2001)

Como o objetivo deste tópico é investigar as vantagens e desvantagens relativas ao crédito informal, reserva-se apenas um comentário quanto às vantagens do crédito formal, sem entrar em maiores detalhes. Das vantagens relacionadas pelos produtores que utilizam esse tipo de crédito, pode-se dizer que todas apresentam forte relação com o Pronaf, uma vez que esta é a forma mais utilizada de obter crédito formal. Quanto às desvantagens do uso de crédito informal, destacam-se duas: a ausência de seguro agrícola atrelado à forma de financiamento e a inexistência de subsídio para esta forma de financiamento.

Na questão referente ao seguro agrícola, observa-se a existência de uma certa divergência entre os produtores rurais, visto que alguns o vêem como vantagem e outros, como desvantagem. Os que utilizam crédito formal e que possuem a opção de atrelar o seguro agrícola ao financiamento nem sempre o fazem por não o julgarem vantajoso, ao passo que aqueles que utilizam crédito informal e que não possuem esta possibilidade vêem-no como uma desvantagem. Cria-se, assim, uma certa contradição entre a eficiência e eficácia desse recurso para a agricultura da região, já que aqueles que têm possibilidade de utilizá-lo não o fazem e outros, que gostariam de obtê-lo, não possuem disponibilidade para tal.

Como no crédito formal, normalmente, utilizar o seguro agrícola é opcional por parte do produtor, que pode utilizar ou não esta ferramenta, percebe-se que existe entre os produtores um comportamento tendencioso e favorável ao risco, uma vez que, entre os aqueles que utilizam crédito formal, 42,2% vêem como desvantagem a presença do seguro agrícola, razão pela qual não o fazem. Já, entre os que utilizam crédito informal, a situação é oposta, pois 95,3% deles dizem ser uma desvantagem não haver o seguro agrícola atrelado as suas formas de financiamento, o que denota um interesse por este recurso. Diante disso, pode-se afirmar que há, entre as duas categorias de produtores, um comportamento diferenciado quanto ao gerenciamento do risco das suas atividades, sendo os formais mais adeptos ao risco e os informais mais avessos ao risco, embora não lhes esteja disponível tal recurso.

Assim, nos depoimentos que seguem, pode-se avaliar esse comportamento dos produtores através de seus pontos de vistas, das razões expressas para utilizarem ou não o seguro agrícola. Percebe-se que, entre os motivos que levam os produtores a utilizarem ou não o seguro agrícola, um foi a mudança de critérios para cálculo do pagamento desse seguro, visto que, anteriormente, os cálculos de produtividade eram feitos para cada propriedade e, com a mudança, o cálculo passou a ser por média da produtividade da região – através do denominado Zoneamento Agroclimático. Os produtores divergem quanto à viabilidade do seguro agrícola, pois o período de verão na região normalmente é marcado por estiagens restritas a pequenas microrregiões.

Acho que esse seguro não veio ajudar em nada, porque deveria ser por propriedades, cada qual ter o seu seguro. Esse seguro por região aí, não veio ajudar em nada, porque dá diferença de um lugar pro outro. Uma chuva a mais que dê numa propriedade, de uma região pra outra, já dá diferença. E se por região, a média de porcentagem na colheita der, daí não tem vantagem nenhuma. Precisava sê por propriedade, cada qual pra si. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

Não (utiliza seguro), porque isso, isso foi um bom negócio, mas já não adianta mais. Tanto é que eu já nem mais utilizo isso daí, não pago mais a taxa de Proagro. (A. F. Marau-RS, em 12/09/2001)

Eu uma vez fazia (seguro agrícola), agora não faço mais, porque não vale a pena. O seguro não cobre as despesas, o que paga não compensa. (A. P. Passo Fundo-RS, em 12/09/2001)

Torna-se mais evidente no depoimento a seguir que o produtor utiliza seguro apenas para produtos nos quais o risco normalmente seja maior, existindo um comportamento diferenciado entre os produtores quanto ao risco assumido nas suas atividades:

Faço seguro, sim. Tudo eu faço com Proagro. Milho e trigo tem que fazer [...], soja não, porque pra ti não colher 20 por hectare em soja só com muita desgraça. (E. T. Ciríaco-RS, em 22/09/2001)

Dessa forma, pode-se verificar que há um descontentamento dos produtores em relação ao seguro agrícola atual no que se refere as suas fórmulas de cálculos e valores pagos. Certamente, o produtor prefere trabalhar na sua atividade com o menor risco possível, entretanto não está vendo vantagem em pagar uma taxa de seguro porque sabe que poderá não ser reembolsado futuramente em caso de perda da produção.

A segunda principal desvantagem listada pelos produtores que utilizam crédito informal, refere-se ao fato de que, usando recursos informais e, nesse caso, entenda-se recursos próprios, eles

não têm acesso a linhas de crédito subsidiado, ao passo que, entre os formais, esta é uma desvantagem quase não citada; ao contrário, é tida como uma das maiores vantagens.

Na relação entre os tomadores de crédito formal e informal e suas análises quanto à vantagem e desvantagem do crédito subsidiado, percebe-se nitidamente que há uma relação inversa, a qual se pode dizer que é justa, já que o crédito subsidiado é realmente de grande valia para o produtor rural, embora muitos reclamem que os subsídios agrícolas ainda são poucos em comparação a outros países ou setores da economia.

A falta (de subsídio) é ruim. A gente paga imposto de tudo que é coisa e pra a agricultura plantar e colher o alimento que todo mundo consome, não tem subsídio nenhum praticamente. Não tem nenhum incentivo maior. O agricultor está trabalhando por amor à camiseta mesmo. Não porque tenha um incentivo. Acho que precisava ter um incentivo. Tem pra tanta coisa menos pra produção de alimento. (M. P., Tapejara-RS em 03/08/2001)

[...] aqui no Brasil está muito abaixo de países de Primeiro Mundo sobre subsídio. Mas eu acho que com um bom seguro agrícola que garantisse a produtividade, a média por hectare. Daí seria uma forma de conseguir, de a gente poder plantar melhor e obter bons lucros e todo mundo ganhar: o governo ganhar em grãos e a gente ganhar em lucros. (A. I. Palmeira das Missões-RS, em 13/08/2001)

Constata-se, ainda, que existem, entre os pequenos produtores que possuem hoje a alternativa de utilizar crédito formal subsidiado, uma certa intranqüilidade e um temor pelo futuro do setor agrícola, caso os subsídios, que, segundo eles, já são poucos, venham a ser eliminados por completo.

Eu acho que deveria existir mais subsídio que nem existia uma vez. E já diferenciar para uma linha, digamos, de um certo nível de produtor, que quem está sofrendo é da classe média para baixo, que da classe média pra cima eles têm recurso e têm acesso melhor em qualquer entidade bancária. Deveria ter um subsídio a partir de um certo nível pra todos os agricultores de pouca renda. Se não, é inviável. A agricultura, digamos assim, hoje a juventude não fica na agricultura por causa disso aí. Não existe incentivo nenhum, é totalmente desacreditado porque não existe saída. Se nós que já estamos na agricultura há tempo, já estamos sentindo dificuldade, imagina uma pessoa nova que está crescendo agora, na dificuldade que existe [...], eles partem pra coisa mais fácil. E a coisa mais fácil não existe em lugar nenhum. Mas eles na agricultura é difícil que vão ficar. (J.L. Casca-RS, em 17/07/2001)

Nesse contexto, percebe-se uma maior afinidade entre os produtores que utilizam crédito informal na avaliação das desvantagens, as quais se concentram em duas, ao passo que, entre os que utilizam o crédito formal, há uma maior dispersão nos pontos de vista e de avaliação, surgindo, com isso, número maior de desvantagens. No entanto, no balanço final de vantagens e desvantagens entre o crédito formal e o informal, percebe-se que, na prática, o crédito formal vem obtendo a preferência dos produtores visto que, mesmo tendo um maior número de desvantagens, as suas vantagens são mais significativas, conforme já se viu anteriormente. Esse fato foi comprovado pelos 70% de produtores que utilizam crédito formal na Região da Produção.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos objetivos propostos e resultados obtidos nesta pesquisa, podem-se aumentar algumas considerações acerca da Região da Produção que parecem relevantes. A região é composta, em sua maioria, por mini, pequenos e médios produtores que têm na agricultura sua principal fonte de renda, destacando-se as culturas da soja e milho, ao passo que, na pecuária, a criação de aves, suínos e gado leiteiro ocupa lugar de destaque. Essas atividades geram uma renda bruta anual, para a maioria das propriedades, inferior a R\$100.000,00. Tais propriedades são administradas por produtores rurais com um nível de escolaridade intermediário entre “primário” e “2º grau”, concentrando-se no “1º grau”. Esse grau de escolaridade cresce à proporção que aumenta o tamanho da propriedade e, muito provavelmente, motivado pelo acréscimo de renda observado na relação

direta que há entre tamanho da propriedade e a renda da mesma. Esse fator também interfere na diversificação dos meios de comunicação utilizados pelos produtores, uma vez que, com maior renda, observa-se uma maior diversificação dos meios utilizados, proporcionando um processo à informação assimétrico.

Contatou-se que, entre os produtores rurais, 60% deles utilizam crédito formal e apenas 30%, crédito informal. Todavia, quando se avalia a proporção da área financiada com recursos informais e, conseqüentemente, o valor absoluto necessário para esses financiamentos, percebe-se que o percentual sobe para 53% da área total financiada via recursos informais. Cabe ressaltar, porém, o uso de crédito informal associado ao formal, de maneira que se pode concluir – embora a pesquisa exploratória não tenha captado – que a dimensão do crédito informal na Região da Produção aproxima-se dos níveis verificados no restante do país, onde estudos mostram que mais de 70% dos recursos para financiamento agrícola são obtidos via crédito informal.

Pode-se, portanto, dizer que há uma inversão nos valores, havendo 30% dos produtores que utilizam 70% dos recursos via informalidade e outros 70% que utilizam 30% dos recursos obtidos via crédito formal. Entre as opções de crédito informal, a mais freqüente é o uso de “recursos próprios” e, entre as formais, o “Pronaf”. À medida que aumenta o tamanho da propriedade, aumenta o uso de crédito informal em razão de ausência de linhas de crédito que permitam, com vantagens, a inclusão de propriedades maiores no modo de crédito formal, além de que essas possuem recursos para o seu autofinanciamento.

Entre as culturas agrícolas, o uso de crédito formal e informal se situou entre 75% e 25%, respectivamente. Nas atividades pecuárias, o uso de crédito formal é mais acentuado por causa das linhas específicas para criação de aves, suínos e gado leiteiro, sobretudo via Pronaf.

Na análise do perfil de informações com as quais os produtores da região trabalham, constatou-se que, de uma maneira geral, as opções de crédito agrícola informal são mais freqüentemente conhecidas – mesmo que não tenham sido usadas – do que as de crédito formal, e esse conhecimento é uniforme entre aqueles que utilizam crédito formal e os que optam por crédito informal. No entanto, os produtores, em sua maioria, não procuram ou dificilmente procuram conhecer outras formas de financiamento de suas atividades, sendo essa procura ainda menor entre os usuários de crédito informal. Notou-se que, na maioria dos municípios, há reuniões e palestras para divulgação e esclarecimentos, realizadas na maioria das vezes por órgãos de classe e/ou públicos, porém a maioria dos produtores não participa deles. Entretanto, convém ressaltar que a freqüência e a divulgação desses eventos deixam a desejar, uma vez que nem todos os produtores sabem da ocorrência de muitos eventos, ou mencionaram algum ocorrido há mais de doze meses.

Observou-se que, entre os usuários de crédito informal, as vantagens mais freqüentes obtidas em fazer uso desta forma foram taxa de juros baixa, disponibilidade de recursos no período necessário, não vinculação da produção a um preço predeterminado e a inexistência de garantias do tipo hipoteca ou penhora. Em contrapartida, as principais desvantagens foram a ausência de seguro agrícola e a falta de subsídios.

De maneira geral, pode-se concluir que, embora estudos mostrem que o crédito informal tenha se intensificado, pela redução de recursos formais principalmente, não se percebeu uma utilização muito intensa pelos produtores da região em estudo. Esse fato, certamente, é influenciado pela estrutura fundiária da Região da Produção, a qual é composta por mini, pequenos e médios produtores, que representam a maioria das propriedades agrícolas. No entanto, essas pequenas propriedades mostram-se em desvantagem no que se refere à capacidade de se autofinanciar, tornando-se dependentes de linhas de crédito formais. Parece interessante que as informações sejam disseminadas com maior freqüência e qualidade entre os produtores, como forma de suprir as deficiências do baixo nível de escolaridade constatado e prepará-los para a informalidade, visto ser essa uma tendência crescente no meio rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Danilo R. D. Tendências da comercialização agrícola na virada do século. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. *O agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p. 219-44.
- ARAÚJO, Cláudio. Estrutura agrária e eficiência econômica: latifúndio x minifúndio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1997, Natal. *Anais...* Natal: Sober, 1997. p. 666-684.
- ARAÚJO, P. F. C.; BARROS, A. L. M.; ALMEIDA, A. Turbulência e indefinição no financiamento da agricultura. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. *O agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p. 73-89.
- ARAÚJO, Paulo F. C. de. Crédito rural e endividamento em período recente. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 3-6, mar. 2000.
- AZEVEDO, Roberto G. da R. Securitização e comercialização da produção agropecuária através das CPRs e Warrants. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 13-4, mar. 2000.
- BACEN. *Anuário estatístico do crédito rural – 1999*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2001.
- BACEN. *Anuário estatístico do crédito rural – 2000*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2001.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 284p.
- BARROS, G. S. C. A transição na política agrícola brasileira. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. *O agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p. 57-71.
- BARROS, G. S. de C.; GUIMARÃES, V. Di A. Política de preços agrícolas: avaliação e sugestões. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XII, n. 139, p. 10-5, maio 1998.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo, Novas estratégias de gerenciamento de riscos e financiamento do agronegócio. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 152, p. 9-10, jun. 1999.
- BERTUCCI, Afonso Celso. CPRs Finagro – Primeiro Ano de Operação. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 12, mar. 2000.
- DEFANTE, M.; MONTOYA, M. A.; VELOSO, P. R. et al. O papel do crédito agrícola brasileiro e sua distribuição por estratos de produtores. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 7, n. 12, p. 87-110, maio 1999.
- FREUND, J. E. SIMON, G. A. *Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- FÜRSTENOU, Vivian. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha (1965 a 1984)*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1988.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Financiamento da agricultura: outras alternativas. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 152, p. 13-5, jun. 1999.
- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Fatores que afetam a oferta de recursos do crédito rural. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 7-8, mar. 2000.
- GONZALEZ, B. C. de R.; MARQUES, P. V. Características, vantagens e riscos da CPR com liquidação financeira. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 15-7, mar. 2000.
- GONZALEZ, B. C. R. Novas formas de financiamento da produção, base do agronegócio. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. *O agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p. 91-108.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para economistas*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. 430 p.
- IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2001.
- MONTOYA, Marco Antonio. Aspectos setoriais do desenvolvimento da região da produção gaúcha tchê: 1939-88. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, n. 1, p. 7-25, mar. 1993.
- NÓBREGA, Maílson Ferreira da. Desafios da política agrícola. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, n. 2, 1985.



PIMENTEL, Fernando. CPR: de onde partimos e para onde vamos? *Preços Agrícolas*. São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 9-11, mar. 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 5. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHOUCHANA, Felix. CPR com liquidação financeira e abertura do mercado de opções para não-residentes. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 161, p. 18, mar. 2000.

SCHOUCHANA, Felix. Risco na agricultura e administração através de mercados futuros. *Preços Agrícolas*, São Paulo, ano XIV, n. 152, p. 11-2, jun. 1999.

TEDESCO, João Carlos. Reflexões em torno do processo de modernização da agricultura e a pequena produção familiar: o caso de Marau. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, n. 1, p. 61-87, mar. 1993.